

## Vírus Planetários: Quem são os proprietários do Brasil?

***"Abrir a cadeia de controladores e controladas destes grupos econômicos talvez seja o maior desafio da democracia brasileira."***



A primeira vista, a resposta parece fácil: as grandes empresas privadas tal como a Vale, Gerdau, Odebrecht, Camargo Correa, Andrade Gutierrez, JBS/Friboi, Votorantim, o Grupo Ultra, Bradesco, Itaú, Grupo Vicunha, Grupo Pão de Açúcar... Sem dúvida, estas e outras grandes empresas concentram poder econômico e político na sociedade brasileira. Mas, a interrogação permanece... Quem, de fato, controla e acumula todo esse poder?

A economia política clássica sempre tratou as empresas como atores individuais. Contudo, estas empresas se constituem hoje em grupos econômicos, ou seja, conjunto de empresas juridicamente independentes, mas que se encontram conectadas pelo patrimônio, por laços familiares e etc.

Exemplo: o grupo Odebrecht, controla empresas como Braskem, Norquisa e Odebrecht Construtora e é controlado pela Kieppe Patrimonial Ltda, que, por sua vez, é controlada por dezenove pessoas da família Odebrecht.

Abrir a cadeia de controladores e controladas destes grupos econômicos talvez seja o maior desafio da democracia brasileira. Não apenas porque tais grupos concentram, através da cadeia de controles, a maior parte da riqueza do país, mas, principalmente, porque realizam esta concentração em conexão com o Estado brasileiro, por meio de participações acionárias de estatais e fundos de pensão, financiamentos de bancos públicos, renúncias fiscais, participações de agentes públicos nos conselhos de administração das empresas e etc.

É notório o caso do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), banco 100% estatal, cuja metade da receita é proveniente do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). O BNDES não apenas financia de modo subsidiado estes grupos, como também participa, através do BNDESPar, na composição acionária da maior parte deles. O Estado, portanto, compõe a estrutura de poder destes grupos, sendo sócio e compartilhando em boa medida das estratégias destas empresas.

Na verdade tais grupos privados, verdadeiras redes oligopolistas atuando particularmente nos setores de commodities e infraestrutura, foram forjados historicamente e em permanente relação com o Estado brasileiro. Alavancados pelo investimento público no período desenvolvimentista, consolidados com a transferência de patrimônio público nas privatizações e expandidos pela transferência massiva de recursos públicos na última década. O resultado é a concentração brutal do poder econômico no país.

A estreita e histórica conexão de frações da burocracia pública com os grupos privados impõe para a democracia brasileira questões absolutamente decisivas. Quais são os verdadeiros centros do poder no país? Como e onde as decisões sobre políticas de investimento público são tomadas? Os investimentos previstos no Programa de Aceleração do Crescimento

(PAC) foram definidos pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em função de um planejamento estratégico de desenvolvimento para o país ou traçados a partir de demandas de infraestrutura e logística dos grupos privados? Como o BNDES, que tem participação cruzada em vários dos grupos privados, tem atuado nos processos de fusão e aquisição de empresas que temos assistido no Brasil? A política externa brasileira é definida mais pelo Itamaraty ou pela exigência de internacionalização dos capitais da Vale, Odebrecht, Gerdau e etc?

A urgência e necessidade deste debate contrastam com o silêncio dos órgãos de imprensa e mesmo da academia sobre o tema. Mais do que silêncio, trata-se, na maioria dos casos, de consentimento e reforço desta concentração econômica. Disseminam o consenso social sobre a necessidade de crescimento econômico, onde as grandes empresas são apresentadas como os “homens bons” da sociedade.

Quebrar este consenso não é tarefa fácil. O Instituto Mais Democracia (IMD) tomou a iniciativa, juntamente com a cooperativa Educação, Informação e Tecnologia para a Autogestão (EITA), de produzir o primeiro ranking dos proprietários do Brasil. Com o ranking, nomearemos as empresas controladoras últimas dos grupos privados, ordenando-as pelo grau de poder acumulado em termos de faturamento e participações acionárias. Com isso, chegaremos também aos nomes dos donos destas empresas, contrariando a tese de que o capitalismo contemporâneo não tem nome nem tampouco sobrenome.

**Fonte: Revista Vírus Planetário, 18 ed., dezembro de 2012**